

Uma colcha de retalhos, nos traçados de vida e trabalho: o processo de constituição de agentes comunitárias em favelas do Rio de Janeiro

Marize Bastos da Cunha*

Resumo

O trabalho resulta de experiências de pesquisa, baseadas em procedimentos de histórias de vida e grupos focais, realizadas junto a moradoras de favelas do Rio de Janeiro, agentes comunitárias nestas localidades. Examina o processo de constituição destas mulheres como agentes comunitárias de saúde.

agentes comunitárias de saúde – favelas – histórias de vida

A patchwork quilt, woven together by life and work: the formation of community representatives in the slums (favelas) of Rio de Janeiro.

Abstract

This work is a result of research based on life narratives as well as focus groups, organized together with female residents of the favelas in Rio de Janeiro who serve as representatives of those locations. It examines the formation of those women as community health agent.

community health agent – slums (favelas) - life narratives

* ENSP/Fiocruz, Curso de História/Unisuam; Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

Nas últimas décadas, nas favelas do município do Rio de Janeiro, assistimos a uma multiplicação de programas e projetos governamentais, ou não governamentais, onde se destaca o trabalho social de moradores destas localidades, integrantes da engrenagem destas iniciativas, particularmente na área da saúde.

Conhecidos como Agentes Comunitários de Saúde (ACS), eles dão sustentação ao crescimento de programas governamentais como, por exemplo, os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, criados respectivamente em 1991 e 94, pelo Ministério da Saúde¹. Integrado à equipe multiprofissional que move os programas de saúde do Sistema Único de Saúde, o ACS tornou-se uma categoria profissional em 2000. Configura-se como um trabalhador atípico, em função da característica dos contratos de trabalho (temporários, terceirizados) e da posse de um capital social que dispõe, como competência exigida: o pertencimento à comunidade que lhe permite ser um elo entre esta e a equipe. (LIMA & MOURA: 2005). Neste caso, agrega um valor simbólico ao processo de trabalho mais amplo, subjacente ao desenvolvimento dos programas. Sem este valor, os programas não se viabilizariam (CUNHA: 2005).

Nos últimos anos, o ACS tem sido objeto de estudos, voltados para a análise de sua identidade e seu papel nos diferentes programas de saúde e, ainda, para a compreensão de seu processo de trabalho no âmbito de novas formas de execução de políticas sociais descentralizadas pelo Estado.

Este trabalho tem o objetivo de colaborar para esta discussão. Com base em diferentes pesquisas realizadas nas favelas do Rio de Janeiro e, em particular, em uma investigação voltada para o trabalhador social que atua nestas localidades, procuramos nos aproximar de algumas experiências históricas que possibilitaram a conformação desta nova categoria de trabalhador como “agente comunitário”, de forma a contribuir para uma compreensão mais ampla do lugar histórico-social deste novo tipo de trabalhador, e de sua identidade².

¹ O processo não é típico apenas do Rio de Janeiro. Vem expandindo-se no Estado do Rio de Janeiro, mas assume uma maior expressão nas comunidades rurais ou da periferia urbana do Nordeste, região onde foi primeiramente implantada a experiência de inserção do ACS no Sistema Único de Saúde (SUS).

² Trata-se aqui principalmente das investigações que deram origem à dissertação de mestrado (*Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e Outras Moradas: História e Saber nas Favelas da Penha*- 1995) e à tese de doutorado (*Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro* - 2005); as pesquisas *Construindo Indicadores sobre as Condições de vida nos bairros e comunidades da Leopoldina* (1994/1997) e *Redes Sociais de Solidariedade na Leopoldina* (1998-99) desenvolvidas no CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina); a coordenação de projetos sociais junto a Gestão Comunitária:

Nossa reflexão, de certa forma, é guiada pela pergunta: quando, e como se constitui, um agente comunitário de saúde? Interrogamos uma visão que concebe este agente social a partir de processos institucionais. Neste caso, como ocorre com a formação da classe trabalhadora inglesa, estudada por Thompson, o agente comunitário de saúde não surgiu “como o sol numa hora determinada”, concebido pelos novos modelos de política e formação em saúde, que reservam aos agentes um lugar fundamental na promoção da saúde. (THOMPSON, 1987).

A imagem de uma “colcha de retalhos” título de uma das poesias de Valda, educadora que acompanhamos ao longo de vários anos, é sugestiva da multiplicidade de processos abrigados na constituição histórica dos agentes comunitários³. E também da pluralidade de traçados de vida e trabalho que estão por detrás da formação destes agentes. O que buscamos, então, é dialogar com alguns traçados, em suas diferenças de “retalhos”, sem deixar de levantar o fio que os une. Para isso, recorreremos ao material acumulado nas pesquisas, particularmente os depoimentos orais e observações de campo.

Considerando que a constituição do agente comunitário não pode ser reduzida à implantação e ao desenvolvimento de programas sustentados pelo SUS, enfocamos aqui as gerações iniciais de moradoras que desenvolveram ações em saúde em suas favelas. Mais particularmente, voltamo-nos para duas gerações de agentes comunitários, que se constituíram em outras eras. A busca da pergunta mencionada acima, que nos guia, é indicada então pelas memórias de mulheres destas gerações, e suas histórias de vida.

Sementes, trabalho de outras eras

Atualmente, nas favelas do Rio Janeiro, o ACS é conhecido como o agente da localidade autorizado a orientar, transmitir informações e fazer o elo entre a comunidade e os serviços públicos de saúde. Porém, nem sempre foi assim. E talvez, ainda não seja exatamente assim. Isso porque há vários outros personagens nestas localidades que foram e, em alguns casos ainda são, referências nas questões de saúde.

Instituto de Investigação Social, que deu origem à publicação *A Gente que faz: liderança feminina e comunicação social, tecendo a vida com sonhos*, 2003.

³ Valda, falecida em maio de 2007, era moradora de uma favela da Grande Tijuca e agente comunitária, atuando particularmente em ações de prevenção às DST/AIDS. Mantivemos seu nome real, a pedido da própria, e também porque sua poesia já foi divulgada. Em parte, esta reflexão é uma homenagem a ela que acumulava uma experiência que ultrapassava os critério de definição do ACS. Apesar de nunca ter atuado como ACS em programas governamentais, era reconhecida como uma das principais referências em sua comunidade e fora dela. De acordo com uma agente comunitária: “(...) ninguém esquece de Valda. Todo mundo fala de Valda. Eu estou fazendo um curso um curso de auxiliar de enfermagem, e lá já ouviram falar de Valda. Tem um pessoal de uma ONG, acho que é para lá da Baixada, conhece Valda, já ouviram falar. Como a gente não vai aprender com umas pessoas destas? A gente aprende”.

Com efeito, há várias gerações de moradores envolvidos no trabalho de responder aos problemas de saúde da população. Identificamos a existência destas “gerações” nas favelas, quando acompanhamos o *Sementinha*, um grupo de mulheres que há longos anos desenvolvia ações em saúde em suas comunidades, de forma voluntária⁴. As mulheres do grupo é que nos chamaram atenção para o fato, ao denunciarem que o projeto Favela Bairro entrava nas favelas aonde elas atuavam, contratando agentes para desenvolver ações de educação sanitária. Ressentiam-se então porque possuíam longa experiência no ofício de trabalhar junto aos moradores, mas estavam sendo preteridas por outras pessoas, que atendiam aos critérios de seleção, no caso escolaridade completa no ensino fundamental. Elas, assim como o tipo de trabalho que desenvolviam, pareciam ficar para trás. Os chás, as rezas, o cultivo da horta medicinal e, especialmente, um saber que vinha de “outras eras”, pareciam então perder significado naquele novo quadro que se delineava.

O *Sementinha* faz parte do que chamo “primeira geração” de agentes comunitárias, que possui como características: não possuem escolarização completa, nem mesmo o primeiro grau e algumas nem passaram pelas escolas; vieram de regiões rurais; a base do trabalho é a experiência de vida e sua inserção num modo de sociabilidade local marcado pela solidariedade como estratégia de sobrevivência; possuem uma diferencial de saberes e conhecimentos produzidos sob outras formas de sociabilidade, relacionada ao modo de vida rural. No caso do *Sementinha*, destaca-se o cultivo e o uso de ervas medicinais, bem como a assistência individual (aos doentes, acompanhavam idosos e enfermos aos serviços de saúde, e mesmo em outros locais que necessitavam, como banco).

Considero que o trabalho do ACS, atualmente presente nas favelas, é tributário do trabalho desta geração. De experiências e saberes que se forjaram sob modos de vida que marcaram as favelas em outras eras. Digo “eras”, porque é difícil identificar nas narrativas das mulheres do *Sementinha*, quando começaram a atuar como agentes. Em suas narrativas, o trabalho, concebido sem medida de data, começa no dia a dia, bem aos poucos, se entranha na vida e quando se percebe ele toma toda uma existência. Neste “tempo”, pessoas, fases da vida, experiências e aprendizados em lugares freqüentados, e alguns eventos funcionam como ponteiros de “relógio”.

4 A experiência de pesquisa que desenvolvi junto ao *Sementinha*, entre os anos 1993-1995, procurava localizar a experiência do grupo nas lutas nas favelas da Penha. Todo o material foi coletado junto ao CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina), e as observações de campo foram feitas também no âmbito da assessoria prestada ao grupo pela entidade.

Tínhamos um entendimento do tempo de nossos pais. Meu pai era raizeiro(...) Ele fazia garrafada de plantas que curava moléstia do mundo (doença venérea) , que era usada por todos (...) Ele curava pessoas que iam ao médico, tomavam remédio e não conseguiam se curar. (Dona Maria José)⁵

Na minha terra conhecia muitas ervas. Me interessei desde criança, sempre gostei de ajudar as pessoas. Quando gestantes chegavam ao hospital na hora de ter o neném, os médicos mandavam voltar e elas tinham os nenéns em casa. Muitas crianças já nasceram na minha mão, mas não sou parteira. (D.Elza)

Minha mãe era muito rezadeira (...) Certa vez minha mãe estava doente e não podia ir rezar uma pessoa doente. Ela, então, me mandou ir rezar a pessoa e eu perguntei como. Ela disse que eu deveria levar um molho de oliveira, pó de guia e um paninho branco. (...) Perguntei a minha mãe o que era pó de guia. Ela disse que era o caminho que a gente anda, que é nosso guia. Foi onde Jesus sofreu todas as agonias, derramou sangue, suor que ele passou para nós. Então o pó cura. Peguei o pozinho, peneirei e levei. Quando cheguei fiz uma reza, e a moça ficou boa e eu continuei. (D.Maria José)

Quando o ponteiro do relógio se mexe, voltando atrás, ele indica saberes acumulados em seus locais de origem. Há, pois, dois componentes fundamentais na experiência com o tratamento através dos chás e rezas: saberes que se passam de geração em geração, sendo produzidos muitas vezes no âmbito familiar, e sob uma sociabilidade de base rural, e que vêm fundamentado na religiosidade. Estes saberes tornam-se parte constitutiva do trabalho destas agentes. Por isso, o ponteiro não parou no passado. São aprendizados que foram reatualizados na cidade, diante dos desafios enfrentados no modo de vida urbano.

O que fazer quando é preciso dar respostas a situações urgentes? O vizinho que sofre de pressão alta e não tem acesso ao programa de hipertensão dos serviços de saúde e sequer aos medicamentos? Ou ao bebê que encontra-se mergulhado num quadro de agitação, “nervosismo”, provocado por tiroteiros? O que fazer diante de situações que só encontrariam eventuais saídas na esfera extra local, num ritmo lento, em descompasso com a emergência cotidiana de muitos dramas experimentados na favela?

Recriar experiências e saberes com os quais se pode contar, que foram acumulados como conquistas, talvez seja uma das respostas. São padrões culturais *em movimento* porque são potencializados sob uma nova situação, numa tessitura social que lhe confere um novo significado. Vale recordar aqui as contribuições que se debruçaram sobre a dinâmica cultural nas áreas pobres das grandes metrópoles e sua experiência no espaço urbano (Durham, 1977; Caldeira, 1984). Eunice Durham assinala a necessidade de explicar o modo pelo qual a cultura

⁵ Os depoimentos das mulheres do Sementinha aqui apresentados fazem parte da documentação da assessoria prestada pelo mencionado CEPEL.

é produzida, analisando que “padrões culturais sobrevivem na medida em que persistem as situações que lhes deram origem ou alteram seu significado para expressar novos problemas”. Relacionando sua concepção de cultura à concepção de Marx a respeito do trabalho morto, Durham destaca que a lógica de conduta inscrita em padrões e instituições só possui eficácia na medida em que é acionado pelo trabalho vivo, isto é absorvido e recriado pela ação social concreta (1977).

Então o que vemos aqui é que o saber produzido sob outros modos de vida, em outros tempos é recriado no presente, na teia de relações em que as mulheres se inserem na cidade. Acionado pelo trabalho vivo, ele vai constituir-se como parte integrante deste trabalho em saúde, que nasce nas favelas de um subúrbio da cidade.

É importante considerar que o saber das ervas e das rezas detido por algumas integrantes do grupo *Sementinha*, e compartilhado com as outras que nele ingressam, é que vai permitir que as mulheres comecem a se distinguir em um universo maior de moradores que também desenvolviam práticas solidárias. É esta experiência também que vai lhes dar legitimidade nas localidades onde atuavam, inscrevendo-se na identidade que vão constituir. Como recorda, o ex-padre que esteve a frente da organização das mulheres como um grupo organizado:

A maioria delas tinha alguma atuação em saúde por conta própria. Não era uma coisa institucionalizada, mas nas suas comunidades elas eram vistas como alguém que tinha alguma coisa haver com saúde, por saber mais de chás, de ervas ou de curativos.⁶

Enfim, trata-se aqui de uma geração que inicia seu trabalho, sem vínculo com qualquer instituição, e sem passar por qualquer processo de formação institucional específico. Dentro de um tempo em que trabalho e experiência de vida se confundem, quando a maioria das favelas ainda não havia recebido projetos de urbanização. São as lutas destas localidades nos anos 80, e a entrada de projetos de melhorias na infra-estrutura urbana, que vão concorrer para que esta geração se integre a iniciativas institucionalizadas.

Trabalho numa era de mobilização comunitária

Uma segunda geração de agentes se forma nos movimentos das favelas em fins dos anos 70 e início dos 80. São principalmente mulheres, mergulhadas no tempo dos mutirões voluntários, e lutas pelas creches, destacando-se aí como agentes mobilizadores. Iniciam, portanto, sua experiência de trabalho no âmbito de um processo histórico que marca o avanço

⁶ Depoimento coletado em 1994 para a pesquisa que deu origem à já citada dissertação de mestrado (1995).

de movimentos sociais, que vão interrogar o Estado, dentre eles o movimento de favelas, que assinala a luta dos moradores pela integração à cidade.

Assim como ocorre com a primeira geração, sua entrada no campo do trabalho social dá-se através de um processo de legitimidade construído localmente, na teia de relações da qual fazem parte. Mas agrega-se a isso, o papel que assumiram nas lutas comunitárias que se projetaram para além do local, estabelecendo elos entre as favelas, e entre estas e diferentes estruturas supralocais⁷. Em vários casos, o início do trabalho comunitário se dá através de ações desenvolvidas junto a mulheres da localidades, como foi o caso de Apolônia que recorda: “criei a comissão feminina do Morro, ligada à associação e incentivada mesmo pelo Presidente da Associação. Nos fizemos um bingo, eu comecei naquele envolvimento e eu comecei a mobilizar as mulheres da comunidade”⁸.

Os traçados de trabalho de Apolônia envolvem vários ofícios e papéis, tendo como eixo, a relação com sua localidade e a inserção política. Nos anos 80 que começou a atuar dentro da associação de moradores da localidade aonde mora, assumindo alguns anos depois a presidência da mesma, com dois mandatos consecutivos. Ao longo do segundo mandato, assume um cargo na coordenação da Região Administrativa responsável por sua comunidade. “Na R.A, eu teria que estar vendo os problemas das 10 comunidades do complexo e não apenas do Morro. O trabalho do administrador era de ser elo entre as comunidades e o poder público”, conta acrescentando que acabou deixando a R.A: “Eu era muito inocente, totalmente comunitária, não sabia muita coisa da política e fiquei para trás”.

Nesta geração, trabalho e ação comunitária se confundem, com as formas de trabalho delineando-se em diálogo com padrões culturais forjados na localidade, e com as referências trazidas por agentes supralocais, especialmente as pastorais de favelas, sindicatos, partidos políticos de esquerda, técnicos do poder público. Era um tempo em que as favelas viviam numa espécie de arena, com os conflitos e disputas assumindo visibilidade pública. Valdenir nos fala deste período:

Em 78, começou a haver um investimento maior na área social. Eu estive presente em todas as manifestações dentro da comunidade, buscando uma qualidade de vida melhor para nós, para todos, nunca pensando em mim. Nosso pensamento era sempre nos outros, era no todo. Então, calçamento, luz, água, creche, escola, a

⁷ Recorro ao conceito de estruturas supralocais usado por Alvito (2001). Tais estruturas não têm sua formação governada ou relacionada a uma dada localidade. Neste caso, estão incluídos os partidos políticos, o sistema bancário, o mercado de preços, sindicatos, associações profissionais e, sobretudo, o Estado, que opera através de várias instituições. Incluem-se aí ainda, as ONG's, os mass media, a Igreja Católica e o tráfico internacional de drogas.

⁸ Os depoimentos a seguir foram coletados por ocasião da pesquisa que deu origem à já mencionada tese de doutorado (2005). Os nomes das agentes comunitárias são fictícios.

gente estava sempre fazendo de modo que todo mundo pudesse receber aquele benefício porque o que era bom para os outros, era naturalmente bom para gente.

Como Apolônia e Valdenir, Rosa também passou pelos diversos movimentos do período. Era mãe representante em escolas públicas da região onde morava, militava em movimentos sociais e na política partidária, tendo se filiado ao PDT. A partir daí, começou a desenvolver atividades na associação de moradores e tornou-se funcionária de Prefeitura, depois de ser eleita para trabalhar como agente educação sanitária em sua comunidade.

Tal como ela, outras expandiram suas atividades a partir da militância comunitária, que lhes deu “credencial” para ingressarem no quadro de programas governamentais, particularmente através da antiga SMDS, que era então a “porta de entrada” das favelas nas agências governamentais. Novamente, o percurso de Apolônia é exemplar do processo:

(...) a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a gente trabalhava muito junto com ela. Ela que fez as primeiras obras de esgotamento sanitário, de pavimentação. Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, quando o Pedro Porfírio foi o secretário, ele contratou agentes comunitários de saúde para trabalhar dentro da comunidade. Mas, quando não interessava mais que estas pessoas estivessem dentro da comunidade, ele puxou este povo todo para dentro da secretaria (...) Eu sempre levei a questão comunitária para dentro do meu trabalho e lá não era isso, lá eu teria que estar defendendo a Prefeitura e eu não aprendi isso. Eu sempre quebro a cara em todos os lugares que eu vou porque eu vou defender a comunidade. Eu aprendi a fazer política defendendo os direitos da população, quando eu tenho que defender os políticos, eu me quebro.

Nesta época, muitas moradoras passaram pelos primeiros cursos de formação de agente comunitária de saúde, como a própria Apolônia, que fez o curso da Federação de Mulheres do Rio de Janeiro. A este respeito, ela gosta de levantar que antes mesmo de fazer o curso já desenvolvia ações na área. Trabalhando atualmente no Programa de Saúde da Família, ela conta que, participava de uma mesa em que se discutia o “saber popular”, e apresentou-se assim:

Sou agente comunitária de saúde tradicional porque aprendi na comunidade junto com a população; também sou agente comunitária de saúde cursada porque fiz o curso da FAMURJ há nove anos; e sou agente comunitária de saúde concursada porque fiz o concurso, este concurso da Prefeitura e fui aprovada e estou trabalhando.

Seu depoimento testemunha as várias gerações de agentes comunitários que, algumas vezes, misturam-se, atravessando vários *tempos* do trabalho social, o que nos indica a complexidade do processo de constituição deste agente comunitário. Sugere-nos também que as marcas deixadas pelas primeiras gerações de agentes ainda referenciam as práticas e

conhecimentos dos ACS atuais, e inscrevem-se nas representações das localidades a respeito deste agente social, assim como fundamentam os critérios de seleção para os programas vinculados ao SUS.

Descontinuidades e descontinuidades

O trabalho dos ACS integra um conjunto de iniciativas que se desenvolvem um novo signo, marcado pela descentralização e a desregulamentação das relações de trabalho, e refém de um padrão de gestão pública submetido à lógica do mercado. Trabalho caracterizado pela precariedade, e que dialoga com a vulnerabilidade social e a miséria da população das favelas.

Porém, é um trabalho é tributário de relações, práticas e saberes produzidos sob modos de vida que marcaram as favelas em outras eras. De uma sociabilidade aonde a experiência de viver num urbano desafiava os moradores, acabando por gerar um estoque comum de informações e referências, necessários à sobrevivência na cidade. Tributário da experiência comum de morar num espaço desenhado a muitas mãos, aonde os traçados da vida se misturavam ao do trabalho. Por isso, é um trabalho que faz ecoar a experiência subjetiva daqueles que a ele se dedicaram, marcada por percursos distintos, pela força de determinados papéis sociais a desempenhar, por inserções em diferentes grupos e organizações comunitárias ou não, e por deslocamentos operados no mundo social.

Ele se constituiu nas idas e vindas das lutas que marcaram a história destas localidades na cidade. Alimenta-se, portanto, de toda a complexidade subjacente a estas lutas, marcada pela disputa de interesses divergentes, por conflitos com agentes sociais diferenciados, e por caminhos diversos de ação. Com efeito, foi se tecendo num terreno ocupado por uma multiplicidade de agentes sociais, posicionados de forma diferenciada no mundo social, e com interesses divergentes. Terreno que chamamos de “fronteira” que, embora não apresente um grau de estruturação e autonomia, aproxima-se de alguns aspectos evocados pelo conceito de **campo** de Bourdieu (1990), sendo, pois, um espaço que se forjou historicamente, constituído por relações objetivas entre diferentes agentes que, a despeito de muitas vezes circularem em torno de projetos comuns, encontram-se em disputa. (CUNHA, 2005).

Enfim, é um trabalho que se configura em meio às continuidades e descontinuidades históricas que marcam nossa sociedade, e, particularmente, a experiência de vida e as lutas sociais dos moradores das favelas. Reatualizando o antigo, e carregando o novo, ele desafia os agentes sociais que o desenvolvem, bem como aqueles que procuram compreendê-lo.

Referências bibliográficas

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari: uma favela carioca*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALDEIRA, Thereza P. *A Política dos Outros. O Cotidiano dos moradores da Periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CUNHA, M. B. *Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 2005.

_____. *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e Outras Moradas: História e Saber nas Favelas da Penha*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense: Niterói, RJ, 1995.

_____. (org). *A Gente que faz: liderança feminina e comunicação social, tecendo a vida com sonhos*, Caderno de Experiência III, Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social, abril 2003.

DURHAM, Eunice. 1977. “A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna”. *Ensaio de Opinião*, v.4, Rio de Janeiro: Inúbia, 1977.

LIMA & MOURA. “Trabalho atípico e capital social: os agentes comunitários de saúde na Paraíba”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.20, n.1, p.103-133, jun/abr.2005

THOMPSON, Edward P.1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol.I Rio de Janeiro: Paz e Terra.